

# ANOTAÇÕES SOBRE ALGUNS PRÉ-REQUISITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA POSSÍVEL UNIDADE DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

**Edson Alberto Carvalho Ferreira**  
*Licenciado em Geografia em 1972 e  
professor secundário da rede estadual  
de ensino de São Paulo*

*É preciso " dar às ciências a filosofia que elas merecem " .*  
G. Bachelard

*" A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo."*  
Merleau Ponty

Na polêmica da caracterização da geografia como ciência do social ou do ambiente, as posições de Monteiro (1980 e 84) têm sido de buscar saídas não-excludentes para o cada vez mais explícito impasse das diversas geografias(1).

No artigo "Geografia & Ambiente" de 1984 (que marca posições sobre o histórico dualismo natural/social na geografia), destacamos duas questões que pretendemos tematizar. A primeira é a de

que a definição e delimitação do objeto de estudo (o "problema crucial" e "suprema dificuldade") da geografia não se esgota no plano epistemológico. A segunda chama a atenção para a necessidade de situar a problemática no contexto de uma reflexão filosófica mais abrangente: "O verdadeiro fio condutor de uma estratégia capaz de promover a unicidade do conhecimento geográfico advirá de um pacto mais profundo que só pode emanar de

---

(1) Em mais de um trabalho, "A geografia no Brasil (1934-77) — avaliação e tendências", I.G., 1980 e "Geografia & Ambiente", Revista Orientação nº 5, I.G., 1984, o Prof. Carlos Augusto F. Monteiro tem, dentre outros, o mérito de situar a crise da geografia, com todas suas vicissitudes, no plano mais amplo da grande polêmica desencadeada nas últimas décadas, a propósito do significado das teorias científicas, do seu desenvolvimento a partir da crise do modelo de racionalidade científica. Esta, como se sabe, tornou-se evidente principalmente com as implicações epistemológicas da teoria da relatividade de Einstein, do princípio da incerteza de Heisenberg, formulação da complementaridade de Niels Bohr, dos teoremas da incompletude de Gödel, a lógica de Tarski. Tem o valor incomum, no tratamento do assunto, de contextualizar a crise da geografia no conjunto de uma crise maior, uma mais envolvente crise paradigmática-epistêmica discutida nas últimas três décadas pelos principais filósofos da ciência. Tem a perspicácia de perceber que problemas epistemológicos e insuficiências teóricas da geografia, nas suas ten-

tativas de se imporem e serem reconhecidas como ciência, não são prerrogativas exclusivas dela (e de seu pretensão excepcionalismo), mas comuns (como a questão da definição do objeto de estudo, as divisões internas, etc.) a demais ramos do conhecimento científico. Tem a originalidade e argúcia de vislumbrar que perspectivas pretensamente antagônicas não são necessariamente exclusivas. Sinto, na posição de Monteiro, a mesma preocupação de Niels Bohr na postulação do princípio de complementaridade: "descrever um certo ponto de vista geral... que espero ajudará a harmonizar as opiniões conflitantes de vários cientistas" e mais "representações aparentemente paradoxais e mesmo contraditórias não devem desviar nossa atenção da busca de uma unidade essencial" (onde a saída) " não está na simplificação, mas na superposição exaustiva de diferentes descrições que incorporem noções visivelmente contraditórias" (Bohr, set. de 1927 no Congresso Internacional de Física). Daí a simpatia de Monteiro pelo pluralismo de Feys e Feys.

uma concepção filosófica mais propícia" (*op. cit.*, p. 25).

Situamos a primeira questão no conjunto das posturas críticas ao cientificismo ingênuo, sobretudo o vinculado a uma certa tradição positivista *lato sensu*, e de sua (até certo ponto compreensível) obsessiva preocupação de descontaminar o conhecimento científico de toda e qualquer interferência metafísica, antropomórfica, ideológica, etc(2).

A partir dessas críticas, é cada vez mais amplo o reconhecimento de que qualquer perspectiva que se pretenda científica, que busque determinadas modalidades de explicação, aceitação ou rejeição de conceitos, de teorias ("que pegam-se aos fatos"), de definição de objetos de estudo, de conteúdos de informações (que tendem a ser transformados em fatos), da objetividade (fundadora da verdade e validade das teorias), nunca esteve, está, ou estará imune aos condicionantes e mesmo determinantes interesses e valores infracognitivos e supracognitivos a que está sujeita a "comunidade/sociedade científica". Fatores infracognitivos como desejos, necessidades, aspirações ligadas a idiossin-

(2) Dentre essas correntes críticas, podemos destacar desde as vinculadas direta ou indiretamente às análises marxistas, passando por neokantianos, correntes da fenomenologia e hermenêutica a filósofos da ciência polêmicos em relação às posições do neopositivismo. Sobressaem nomes como L. Goldmann, H. Lefévre, A. Schaff, L. Kolakowski, Dilthey, Weber, E. Cassirer, P. Ricoeur, K. Mannheim, Bachelard, Piaget, L. Geymonat, Adorno, Habermas, Foucault, Morin, Castoriadis, entre outros. No quadro das polêmicas na filosofia da ciência contemporânea não podemos deixar de destacar nomes como Popper, Lakatos, Kuhn e Feyerabend. Estes dois últimos chamam a atenção para o aspecto sociológico no processo do conhecimento, bem como para o peso da comunidade científica nesse processo. Fazem críticas incisivas aos critérios lógicos e às formas de refutabilidade da racionalidade popperiana. Feyerabend, radicalizando posições de Kuhn, questiona a distinção entre "objetivo" e "subjetivo", destaca a importância e defende a coexistência de várias teorias em oposição, contraditórias (posição pluralista). Bachelard, por sua vez, aponta para o que ele chama de "obstáculos epistemológicos" e da noção de "ruptura epistemológica" no desenvolvimento da ciência. Habermas, questionando o paradigma da separação sujeito-objeto e propondo sua superação e a necessidade da relação comunicativa. Morin, chamando a atenção para o problema epistemológico da complexidade, complexidade tomada como princípio regulador do pensamento. Destacamos, ainda, a contribuição de Castoriadis e de sua noção de "princípio de indecibilidade" que parte do reconhecimento de que "todo conhecimento é co-produção" e, nos casos não triviais, realmente não podemos separar o que "provém do sujeito e o que provém do objeto". "Para o observador limite, diz Castoriadis, a questão de saber em um sentido último, o que vem dele e o que vem do observado é indecidível. Nós jogamos esse jogo, mas não podemos jogá-lo sozinhos como indivíduos, nem sozinhos enquanto coletividade de sujeitos" (Castoriadis, 1986, p. 461).

cracias e valores, interesses corporativos, etc.; e fatores supracognitivos como estar referenciado a um determinado paradigma no sentido de Kuhn ("corpo característico de crenças e de concepções") têm grande peso na aceitação, ou não, de um determinado quadro epistêmico, de suas teorias, de seus conceitos, de seus problemas e "soluções típicas". Em cada momento histórico, um quadro epistêmico determinado, produto de "paradigmas sociais", torna-se hegemônico e passa a se impor como "normal", marcando de forma implícita ou explícita o sistema cognitivo, as estruturas didático-pedagógicas e curriculares e, por extensão, o conteúdo-forma de livros, manuais, plano de pesquisa, métodos, dados, problemas, soluções, etc. Tais procedimentos tendem a se cristalizar em ideologias que, por sua vez, tendem a orientar, definir, cancelar o que é ou não ciência, "isto não é geografia!", e a procurar delimitar, ou melhor compartimentar, se possível institucionalmente, as diversas áreas do conhecimento. A supremacia de um paradigma, resultado de um jogo complexo de interações, "em que os fatores sociais e as exigências internas do próprio sistema cognitivo são complementares e reforçam-se ou opõem-se e atenuam-se" (3). Isso não implica necessariamente na supressão de paradigmas diversos e quase sempre contrários ao situacionista dominante. Os conflitos evidenciam-se, afloram em conjunturas de "crise aberta", quando se polarizam posições e tornam-se claros os questionamentos e atritos entre concepções, escolas, tendências, grupos, etc. No caso da geografia, o embate primordial, o problema recorrente e o mais decisivo divisor de águas, é o do indefectível "dilema histórico" da definição do objeto de estudo, que por extensão irá determinar os tipos e valores de conceitos, teorias e procedimentos metodológicos. O que se estuda? O espaço, a paisagem, a região, o lugar, o território, o ambiente...? Mas, qual..., quais...? O que estudar neles? Como se realizar a articulação intradisciplinar e a constituição de conhecimento unificado? Quais são os aspectos preponderantes ou mesmo determinantes na tão decantada, como imprecisa, síntese? Mas, que síntese? Síntese como chegada? Como procedimento em todos os momentos do processo de inteligibilidade "das múltiplas determinações do real"? Qual sua relação com o procedimento analítico?

#### A crônica insuficiência de reflexão teórico-me-

(3) Piaget, J. e Garcia R.: *Psychogenèse et Histoire des Sciences*, 1983, Flammarion, Paris.

metodológica contribuiu para o escamoteamento das questões precedentes. Camuflou-se por um tempo demasiado longo a pretensa excepcionalidade da geografia, fundamentada em "seus princípios" (tão abrangentes como vagos e inócuos). Serviu para estimular os mal-entendidos da promoção e defesa de procedimentos idiográficos e nomotéticos como contraditórios e exclusivos. Contribuiu decisivamente pela alienação da discussão dos como e por quê da cristalização de diferentes geografias, bem como da relação dessas com os "saberes constituídos" e destes com suas matrizes ideológicas e disciplinares, que se impuseram como "normais", pelo saber-poder dos setores hegemônicos na comunidade científica/acadêmica.

Merleau Ponty, instigantemente, dizia que "A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo". Qual seria "a concepção filosófica propícia" (Monteiro, *op. cit.*, p. 25) de fecundo valor heurístico para o enfrentamento dos históricos problemas estruturais, de um ramo do conhecimento, que se pretende científico como a geografia? Geografia, com sua crônica crise de identidade teórica, e que existe como geografias, na prática. Geografia, que continua sendo o que os geógrafos fazem e os professores de geografia reforçam, divulgando. Geografia, caracterizada por teimosas e já consagradas dicotomias, nas quais distinções necessárias se hipostasiam em separações, disjunções, contrafações, e contradições entre o físico e o humano, o natural e o social, o tópico e o geral, o regional e o global, etc. Geografia, não mais do dilema ciência do natural ou do social, mas que a transformação da natureza, cada vez mais intensa e extensamente em uma "segunda natureza", (ocupada, valorizada, modificada, destruída, reconstruída, descaracterizada, racionalizada...) atualizou numa nova disjunção: ciência da sociedade ou do ambiente? Nova dicotomia, na qual o ambiente continuaria sendo pensado, em última instância, como natureza/natural?

Mudanças ontológicas, do real, devem ser acompanhadas (se, pelo menos, não-previstas) de mudanças teóricas, metateóricas e filosóficas no sentido de reflexão mais abrangente sobre o conhecimento. O que é natural, o que se caracteriza como ambiente, quais são as instâncias do social, o que tematicamente interessa à geografia estudar? Questões fundamentais como estas, pelas suas complexas implicações, poderão ser enfrentadas por disciplinas fundadas na disjunção/reduzora ciência natural/social? Uma filosofia que reaprenda a ver o mundo, ou "mais propícia", não pressupõe a su-

peração da disjunção entre ciências naturais e sociais? Qual seria o sentido dessa superação num mundo cada vez mais marcado pela divisão intelectual do trabalho e pela hipertrofia crescente da especialização? Tal superação se dará em nome de quê? De uma pretensa unidade, como mero *slogan* cuja efetividade se esgota na retórica? A superação se dará sob a égide de alguma delas? Já não sabemos da clássica tentativa de reductionismo das ciências sociais ao paradigma tradicional das ciências naturais? As chamadas "limitações de cientificidade" das ciências sociais, de sua situação "pré-paradigmática" (segundo Kuhn), não estariam no fato de se submeterem (sobretudo suas vertentes de tendências positivistas e neopositivistas) aos modelos de racionalidade das ciências naturais, tentando seguir à risca os cânones da física clássica? A crise dos modelos simplificadores/redutores da física clássica (tomada como modelo exemplar de ciência natural-exata) de suporem causalidades mecânicas e deterministas e pressuporem a exclusão de qualquer resquício metafísico, de antropomorfismo, não despertou para a tomada de consciência da impossibilidade rígida de controle do observador na observação? A partir da mecânica quântica não se passa a reconhecer o papel inelutável da consciência no ato do conhecimento, da impossibilidade de separar de maneira absoluta observador do observado? Tal característica não é de muito reconhecida e postulada pelas ciências sociais de tendências não-positivistas? Não estamos constatando a introdução no estudo da matéria de noções, conceitos, de processo, de liberdade, de historicidade, de conflito, etc.? Não se reconhece cada vez mais que todo conhecimento científico natural é também científico-social? Que é preciso fundar um conhecimento, um saber que torne anacrônicas as tradicionais dicotomias, do conhecimento dualista com suas rígidas e normais disjunções entre natureza e cultura, natural e artificial, mente e matéria, sujeito e objeto, observador e observado, subjetivo e objetivo, vivo e inanimado, individual e coletivo, público e privado, etc.? Qual o significado e quais são as implicações da crescente utilização (cada vez mais sem constrangimentos) nos campos da física, química e biologia (sobretudo em setores que mais têm avançado no conhecimento da natureza) de noções, conceitos, teorias, metáforas e analogias usuais e comuns às ciências sociais? Não estaremos assistindo uma curiosa inversão de uma tendência, a da marcante influência conceitual, teórica, metodológica que as ciências sociais sofreram desde os primórdios das ciências naturais, tomadas como modelos de cientificidade? Assim, numa irônica inver-

são da postura de Durkheim, os fenômenos naturais não começam a ser estudados, tratados como se fossem fenômenos sociais? Não estaríamos chegando mais próximos da realização da previsão de Marx de 1844 de que "... a ciência do homem incluirá as ciências da natureza, haverá uma só ciência" (4)?

O que a reflexão epistemológica mais recente tem suscitado é que os obstáculos e limitações ao conhecimento científico da sociedade não são uma prerrogativa ou vicissitude única das ciências sociais, mas fato e condição do conhecimento em geral. Tem apontado por exemplo os limites da idéia de rigor científico fundado numa absolutização da quantificação, que no afã da objetivação obsessiva tende a desqualificar, e degradar informações. Trata-se da reiterada confusão entre "exatidão" e "rigor", já criticada por Husserl, que observava que as ciências exatas não são necessariamente rigorosas(5). Tem chamado atenção também para os limites da superespecialização e das implicações negativas da indiscriminada segmentação do real. Para os problemas da idéia de que "o conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto que incide". Postura esta que tem levado aos becos sem saída do recrudescimento da fragmentação disciplinar, estimulando práticas de policiamento de fronteiras, implicando assim na excessiva e obstinada parcelização e compartimentação rígida do conhecimento. Pretensamente sabe-se cada vez mais sobre cada vez menos, incentivando e institucionalizando o "ignorante especializado" em contraposição ao "especialista em generalidades". Tem reconhecido o valor e a necessidade da interdisciplinaridade para evitar o que Ortega y Gasset chamou de *la barbarie del especialismo* e so-

(4) "As ciências naturais chegarão a incluir a ciência do homem, da mesma forma que a ciência do homem incluirá as ciências da natureza, haverá uma só ciência" (K. Marx, 1844).

(5) A problemática da quantificação e utilização da linguagem matemática (cálculos formais particulares), utilização de escalas de medida, critérios meramente quantitativos de avaliação exigem muita reflexão e ponderação no uso. As tentativas de extensão e generalização para todos os ramos do conhecimento da matematização-quantificação indiscriminada podem conduzir aos becos sem saída que têm levado os dogmas reducionistas. Afirmar que a ciência "nada pode fora da medida e da quantidade" soa tão dogmático como seu contraponto: a ciência "pode passar sem a quantidade e a medida". A formalização indispensável a qualquer ciência não significa necessariamente "matematização" no sentido técnico do termo, e nem irremediavelmente quantificação ou medida, mesmo reconhecendo ser de grande utilidade no aperfeiçoamento de qualquer padrão científico, o que por sua vez não exclui o valor de várias "qualificações metódicas e formais" não-dominadas pelo "mito da medida".

bretudo para dar conta da complexidade do real(6). Tem se conscientizado de que é preciso saber distinguir e relacionar evitando a disjunção e redução. Que é necessário distinguir, analisar, associar, inter-relacionar, sintetizar, já que toda atividade do pensamento comporta: distinção (sobretudo de meios e objetos); objetivação (caracterização do objeto por meios de traços invariantes ou estáveis); análise (decomposição dos objetos em suas unidades constitutivas); relação (dos aspectos julgados pertinentes ou essenciais do objeto considerado); síntese (definição do como e quais relações se devem estabelecer). A consciência de todo esse processo é fundamental para o controle da simplificação/redução. Estas têm início quando a distinção elimina a relação do objeto e seu meio; quando a objetivação passa por cima da atividade constitutiva do sujeito na co-produção do objeto; quando a explicação se limita à análise; quando a síntese se confunde com a mera junção de informações, de dados no final do processo. A simplificação surge no ponto em que a distinção se torna disjunção, separando, isolando os elementos sem fazer com que se inter-relacionem. A objetivação se torna assim "objetivismo" (como o da ilusão que o sujeito apenas capta e não produz também o real exterior)(7).

(6) "É possível um desenvolvimento da especialização sem a contrapartida de um fechamento no especialismo?", indaga Geymonat, para quem o especialismo como "clausura mental" é consequência de dois desvios. Em primeiro de um fechamento à reflexão filosófica; e em segundo ao crescente desvinculamento das ciências (reduzidas cada vez mais "a refinadíssimas construções lingüísticas privadas de objeto") em relação às complexas exigências culturais e humanísticas de nosso tempo. É preciso, ainda segundo Geymonat, superar a tradicional separação das "duas culturas": a científica, com sua tendência a se fechar num solipsismo lingüístico e a humanística, que deve estar sempre sintonizada com os problemas de nosso tempo. Ver Geymonat, L. *Elementos de Filosofia da Ciência*, Gradiva, Lisboa, s/d, pp. 52 e 53.

(7) Não se trata de ser absolutamente cético e negar todo esforço de busca de maior objetividade e rigor dos procedimentos científicos, no labor de fundamentação lógico-empírica dos "enredos fenomênicos". Reconhecer que o fundamento da objetividade científica radica num conhecimento intersubjetivo não significa se render ou jogar água no moinho do irracionalismo crescente e "espírito da época". O caminho do ceticismo e do absoluto relativismo ao irracionalismo não é só curto como tentador. A contestação pura e simples dos critérios de objetividade e de qualquer valor de verdade do discurso científico implica em negar à ciência e seu instrumental cognitivo qualquer valor que a diferencie de outras formas de conhecimento como o mitológico, o religioso, o senso comum, etc. O que é preciso sempre questionar explicitamente e sem trégua são as perspectivas empiristas-realistas ingênuas de ciência do conhecimento como mera apreensão e não como co-produção-construção, reorganização da experiência, etc. Nem deixar-se seduzir pelos ardis de um racionalismo das verdades apriorísticas dos modelos, que simulam o real-concreto, e que nos levam inevitavelmente ao formalismo e ao convencionalismo, em que terminaram os prosélitos mais doutrinários da geografia teórica ou quantitativa.

A análise torna mera redução do complexo ao simples, e atividade por excelência da atitude simplificadora/reutora. A síntese se transforma em grande conciliadora no fim da aventura, numa palavra mágica e garantia do resumo final. Na geografia tais procedimentos usualmente implícitos ou explícitos têm um caráter alta e eficientemente desagregativo, dificultando e, na maior parte dos casos, impedindo a realização efetiva de maior intradisciplinaridade. Como exemplos de simplificação/redução destacamos as tendências de conceituar ambiente confundido com natureza/natural (como domínio não-valorizado). De esquecer que no espaço valorizado, ocupado, modificado os elementos fisiográficos, bem como sua fisiologia, não desaparecem em sua totalidade. Como indicativo da confusão entre distinção, analiticamente necessária, e disjunção, encontramos exemplos nas caracterizações excludentes do físico e do homem, do natural e do social, do tópico e do geral, do regional, da paisagem e do domínio, do econômico e do político...

Uma "filosofia propícia" pressupõe de saída a consciência de que uma possível e desejável unidade da geografia torna-se impossível no quadro da imperante "epistemologia da dissociação", resultante de práticas condizentes nas instâncias infra-cognitiva e supracognitiva. A seguir é necessária a conscientização do desafiante labor para a viabilização de uma "epistemologia da convergência" (8).

(8) Essa convergência (que pressupõe a articulação e integração intra e interdisciplinar) não significa homogeneização das práticas científicas e pedagógicas, marcadas usualmente por diferentes perspectivas e diversificação metodológicas. Nem deverá obedecer um genérico projeto de conhecimento visando à unidade do saber nos moldes de uma *mathésis universalis*. Também não se constituirá *a priori* ou *a posteriori* mera justaposição de conceitos, teorias, métodos, informações, dados, ou, em nome de uma síntese como grande, epiflogo como é comum na chamada geografia tradicional. Poderá se tornar factível é com a aproximação, o diálogo, a comparação, a confrontação, o reconhecimento de limitações recíprocas entre as disciplinas, que tematicamente distinguem as diversas instâncias do real. Com a consciência de que é necessário acabar com o isolamento, a falta de comunicação e as pseudo auto-suficiências disciplinares que contribuem decisivamente para compartimentação intra e inter-disciplinares. É preciso procurar trabalhar em conjunto, criando condições para maior e mais fecunda coordenação de conhecimentos e trocas de informações, tudo isso a despeito de todas as descontinuidades teóricas. Sem descaracterizar competências específicas, é preciso tecer redes de contato, criar canais eficientes, estabelecer regras de conduta, definir responsabilidades para a realização de tão desafiante e profluo empreendimento. A viabilização dessas condições depende, por sua vez, do enfrentamento de uma série de entraves que se impõem tanto no nível infra como supracognitivos. Dentre os mais decisivos, gostaríamos de destacar: a) as práticas científicas e pedagógicas comprometidamente submetidas (e quase sempre dissimuladamente) às idiossincrasias pessoais ( vaidades, narcisismos, invejas, ressentimentos, sublimações, vedetismos...), interesses gru-

Esta supõe imprescindíveis interações e integrações intra e interdisciplinares, para mais fecunda busca de inteligibilidade do real, em todas suas instâncias, dimensões e escalas. É preciso, também, nunca esquecer, que para dar conta da complexidade do real, da sua multidimensionalidade, de sua dialética (no sentido do circuito de inter-retroações dos fatores que o constituem) é novamente imprescindível um pensamento aberto, historicizado e sempre muito complexo, não-dissociativo, não-disjuntivo, não-reductor e não-unidimensional.

O grande desafio atual da geografia é encarar o recrudescimento de sua crise como sinal de que é preciso existir como ciência unificada para assumir e enfrentar os desafios de nosso tempo. Quer seja definida como ciência do social, da sociedade, como ciência do ambiente do homem, etc., faz-se necessário ocupar o seu lugar como estudo da dimensão espacial da sociedade, como leitura e discurso do espaço como ambiente do homem, objetivado pelas suas percepções, valorizado pelo seu trabalho, modificado pelos seus interesses. Espaço de uma natureza cada vez mais transformada, onde se modifica, mas não desaparece a funcionalidade/desfuncionalidade dos elementos fisiográficos. Espaço, em suma, estruturado em "organizações espaciais" produto histórico do complexo jogo dialético de inter-retroações dos fatores fisiográficos, do trabalho humano, da penetração e reprodução do capital, da

país, corporativos, partidários, conformismos; b) aceitação acrítica de paradigmas e de sua incomensurabilidade com a inevitável absolutização e dogmatização de teorias-doutrinas, de conteúdos de informação, métodos e da inércia de produção de conhecimentos ritualizados; c) a intolerância, que fecha a possibilidade de diálogo, de troca de idéias e de experiências. Que impossibilita qualquer "pacto pelo qual os interlocutores do diálogo e da reflexão respeitem normas indispensáveis ao bom funcionamento desses processos" (Gianotti, 1986, p. 67). Que não toma consciência (alienação, ignorância), ou só aceita no plano teórico (má-fé intelectual) que o conhecimento "é embate de teorias, conflito de paradigmas, aceitar a todo instante a possibilidade de retroceder até a dúvida das idéias mais assentadas"; d) o distanciamento ou, melhor, o alheamento da produção e da prática pedagógica da universidade em relação aos problemas do social, que, goste ou não, a envolve. Exemplos mais evidentes disso são as posturas conformistas, oportunistas, carreiristas das políticas de "ficar em cima do muro", ligadas às diversas formas de fisiologismo, estimuladas e em reforço do poder burocrático; as diferentes modalidades de radicalismo "gauchista" e de suas idéias fixas de democratismo (de ranço populista). Estes tendem a confundir a democratização necessária da universidade, do poder-saber acadêmico (e de suas hierarquias sedimentadas em políticas de clientelismo, "puxa-saquismo", etc.) com a negação pura e simples da estrutura acadêmica fundada em "hierarquia de méritos". Sem falar ainda da politização inflacionária, nas palavras de ordem orientadora e formuladora de soluções tão generalizantes como sem qualquer adequação ao real.

intervenção do Estado. Todos esses, em função de suas correlações de força, produzem padrões de interações ambientais, desequilíbrios ecológicos, complexos territoriais, de localizações (como fluxo de relações) nos diversos lugares e nas diferentes escalas. Geografia que precisa contribuir de maneira mais decisivamente crítica nos estudos dos processos de produção-organização do espaço, tomado como expressão de interações ambientais, espaço, como condição e *locus* da produção econômica e reprodução das relações sociais, espaço, enfim, preñhe de significação para quem aprende fazer sua leitura. Geografia que reconheça suas vicissitudes, suas virtualidades, limites... Como conhecimento aberto. Como ciência solidária, co-operativa com a ecologia, economia, história, sociologia, antropologia, etc., no estudo desse todo complexo e multi-dimensional que é a sociedade. Estando sempre consciente de que as distinções de objeto de estudo

devem ser temáticas e não disciplinares. Cada ramo do conhecimento, cada ciência na sua (sem o estabelecimento prévio de fronteiras rígidas, sem "reservas de mercado" ...) e a sociedade nas suas diversas instâncias, para todas. Estando sempre aberta às reciprocidades, à irradiação conceitual, ao interesse de conhecer o que há de essencial nas demais ciências para lhe abrir perspectivas em relação ao seu próprio campo<sup>(9)</sup>. Para a geografia cada vez mais a comunicação interdisciplinar é necessária e a integração intradisciplinar é mais que necessária! É vital!

---

(9) Só assim a geografia poderá se referenciar, e não mais se disfarçar na sua pretensa excepcionalidade auto-suficiente, e superar o dilema colocado por Y. Lacoste: " Quando se parte da geografia, as relações sociais parecem esquivar-se. Quando se parte das outras ciências sociais, a geografia parece dissolver-se. Mas, o que é a geografia?" .